

12 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Liminar obriga Estado a repassar verbas da Defensoria Pública

Desembargador estipulou multa de R\$ 1 milhão em caso de descumprimento da liminar que obriga o depósito do atrasado

Luis Fernando Wiltemburg
Reportagem Local

A Procuradoria-Geral do Estado do Paraná foi notificada ontem do mandado de segurança que obriga o repasse do duodécimo da Defensoria Pública referente ao mês de janeiro, que não foi depositado na data exata. O desembargador Abraham Lincoln Calixto estipulou multa de R\$ 1 milhão em caso de descumprimento da liminar que obriga o depósito do atrasado em até 72 horas após a notificação e os repasses vindouros na data exata. Cada parcela é de mais de R\$ 11,6 milhões.

A Defensoria Pública entrou com processo para garantir o pagamento dos repasses que, obrigatoriamente, teriam de ser feitos no dia 20 de cada mês. De acordo com o subdefensor-geral do Paraná, André Giambardino, sem os recursos, as unidades do Interior do Estado deveriam ser fechadas por falta de meios para custear os serviços. "A Defensoria não quis chegar a este ponto (ação judicial), mas é uma questão de sobrevivência", afirma.

Na ação, o órgão afirma que, no ano passado, o governo aplicou o mesmo regime de contingência exigido das secretarias à Defensoria Pública, apesar de sua independência, com transferências feitas de forma irregular. Com isso, os repasses ficaram abaixo do orçamento estipulado no início do ano. Giambardino afirmou ontem que o duodécimo de fevereiro deste ano também não havia sido depositado.

Ao deferir a liminar, o desembargador reconheceu a independência da Defensoria, semelhante à que têm os tribunais, o Ministério Público e a Assembleia Legislativa e que também recebem duodécimos e obrigou repasses integrais.

Procurada, a assessoria de imprensa do governo informou apenas que a Procuradoria foi intimada e que "avalia as alternativas", mas não soube explicar o motivo do duodécimo não ter sido transferido.

HISTÓRICO

O calote na Defensoria Pública ocorreu no período em que o governador se preparava para aprovar o chamado pacote para cortar custos, aumentar a arrecadação, diminuir direitos dos servidores estaduais e fazer modificações na previdência dos funcionários, obtendo acesso a R\$ 8 bilhões aplicados. Ao mesmo tempo, o governo começou o ano com os cofres vazios para respeitar o prazo de 120 dias para a cobrança de tributos majorados por lei em dezembro – com isso, o imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), por exemplo, ao invés de entrar em janeiro, começará a ser pago no mês que vem.

12 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Colli comparece a audiência no Fórum de Londrina

*É a quinta ação contra o
advogado, já condenado
a 282 anos de prisão*

Viviani Costa

Reportagem Local

Londrina - Com os pés e as mãos algemados, o advogado e ex-presidente local do Partido Verde (PV) Marcos Colli esteve no Fórum de Londrina na tarde de ontem para acompanhar a audiência da quinta ação relacionada às acusações de crimes sexuais. Colli foi trazido da Casa de Custódia de Curitiba, onde cumpre penas acumuladas em 282 anos de prisão por estupro de vulnerável, resultado da tramitação de outras quatro ações na Justiça.

Ele deixou a sala de audiências da 6ª Vara Criminal abatido e olhando para o chão. Colli foi escoltado por dois policiais militares e passou pelos corredores arrastando as correntes das algemas que estavam nos pés. Ele preferiu não se pronunciar sobre o assunto.

Na quinta ação, Colli é acusado de ter abusado sexualmente de duas meninas de sete anos. Segundo o Ministério Público, uma delas teria sido abusada uma única vez em 2005. Já a segunda menina de sete anos teria sofrido abusos constantes entre 2003 e 2005. Conforme a promotora Susana de Lacerda, a segunda menina não confirmou os abusos durante a audiência.

“A vítima afirmou que não se recorda (dos fatos), até porque ela tem 18 anos hoje e na época tinha sete. Portanto, há a necessidade da oitiva de outras pessoas que saíam na companhia dela e que podem nos ajudar então na produção da prova”, relatou.

O advogado Mateus Vergara avaliou a audiência de forma positiva. “Ela (a suposta vítima) não confirmou os fatos. Mais uma vez temos a possibilidade da declaração de inocência dele nessa situação”, resumiu. Policiais e outras testemunhas também foram ouvidos durante a tarde. Uma nova audiência será marcada em breve. Mais de 14 pessoas apontadas como vítimas foram ouvidas pelo Ministério Público nas cinco ações criminais.

12 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Gabinete de Justus teria custado R\$ 1 mi por mês

Denúncia criminal feita pelo MP apontou que cheques foram trocados na boca do caixa por uma única pessoa, de forma a abastecer o esquema de corrupção

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - A despesa mensal com os servidores do gabinete do ex-presidente da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná Nelson Justus (DEM) saltou de R\$ 83 mil, em fevereiro de 2007, quando ele tomou posse do cargo, para R\$ 1 milhão, em novembro de 2009, segundo reportagens veiculadas ontem e anteontem pela RPC TV. A emissora teve acesso ao teor da denúncia criminal enviada pelo Ministério Público (MP) ao Tribunal de Justiça (TJ) do Estado em 12 de fevereiro de 2015, que é relacionada ao caso conhecido como "Diários Secretos".

A FOLHA, porém, o MP informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que não iria se manifestar sobre o assunto, uma vez que ele corre em segredo de Justiça. O andamento do processo, de mais de 300 páginas, também não está disponível para consulta no site do TJ. Além de Justus, outras 31 pessoas que

supostamente trabalhavam para ele são citadas. A ação tramita em segunda instância porque o acusado é deputado, condição que lhe garante fóro privilegiado.

O parlamentar é suspeito de formação de quadrilha, peculato (desvio de dinheiro público), falsidade ideológica e lavagem de dinheiro. O ex-diretor-geral da Casa Abib Miguel, o Bibinho, também é mencionado nos autos. Conforme o MP, a suspeita é de que o parlamentar e seus assessores facilitavam a contratação de funcionários fantasmas ou laranjas na Casa, isto é, pessoas que recebiam sem trabalhar, para desviar recursos públicos.

De acordo com a reportagem, as nomeações no gabinete da Presidência da AL, cuja função é administrativa, também teriam crescido de forma assustadora durante a gestão de Justus. No início, ele contava com 21 servidores. De fevereiro de 2009 a abril de 2010, contudo, fez 345 contratações, nem todas simultâneas. O gabinete chegou a ter, ao mesmo tempo,

180 funcionários, sendo que o limite máximo era de 18. Ainda conforme o telejornal, nos dias de pagamento de salários, dezenas de saques e descontos de cheques de fantasmas eram feitos por uma só pessoa, na boca de um caixa da AL, para beneficiar a quadrilha.

Os promotores responsáveis não quiseram conceder entrevistas. Em nota, o MP informou que somente depois da manifestação dos advogados é que o Órgão Especial do TJ, composto por 25 magistrados, vai decidir se acata ou não a ação. A relatoria do processo coube ao desembargador Guilherme Freire. O atual presidente da AL, Ademar Traiano (PSDB), disse que a denúncia formal não chegou ainda ao Legislativo e que, se isso ocorrer, o Conselho de Ética da Casa será acionado.

Justus foi procurado pela FOLHA, mas não retornou as ligações. No gabinete dele, a secretária falou que o parlamentar não dispõe de assessoria de imprensa e que não seria possível contatá-lo. Antes da sessão plenária de ontem, o deputado afirmou à reportagem da rádio CBN Curitiba que não iria comentar o caso. Questionado sobre quando iria se pronunciar, respondeu apenas que "no momento certo".

12 MAR 2015

GAZETA DO POVO

» DIÁRIOS SECRETOS

Aliado de Justus fazia 'saques a jato' dos salários de servidores da Alep

Funcionário de Justus fazia 'saques a jato'

Investigação do MP sobre a rede de funcionários que o deputado Nelson Justus (DEM) mantinha na Assembleia entre 2007 e 2010 mostra que muitos salários eram sacados em poucos minutos pela mesma pessoa.

Denúncia do MP revela que o braço direito do deputado sacou em espécie, em quatro minutos, 17 cheques de funcionários da presidência da Assembleia

Katia Brembatti

A investigação feita pelo Ministério Público (MP) sobre a rede de funcionários que o deputado estadual Nelson Justus (DEM) tinha no gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), enquanto ocupou o cargo (de 2007 a 2010), mostra que muitos salários eram sacados no mesmo momento e pela mesma pessoa. A situação é indício, de acordo com a ação criminal enviada à Justiça, de

que contratações de servidores serviam para alimentar um esquema de desvio de recursos públicos. O processo tramita em sigilo e as informações vieram à tona na noite desta quarta-feira (11) no telejornal Paraná TV, da RPC.

Ao investigar os casos mostrados pela série Diários Secretos, divulgada pela *Gazeta do Povo* e pela RPC em 2010, o Ministério Público rastreou a movimentação bancária de dezenas de funcionários lotados no gabinete da Presidência e encontrou vários cheques, de diferentes contas, preenchidos pela mesma letra. Uma perícia também provou que o homem de confiança de Justus, Luís Alexandre Barbosa, preenchia os cheques. Casos de assinaturas falsificadas também foram comprovados.

A movimentação bancária revelou ainda que Barbosa foi o responsável pelo preenchimento de 104 cheques de, pelo menos, cinco parentes dele, contratados como funcionários da Assembleia. Além disso, num único dia, ele sacou em espécie, na boca do caixa de uma agência bancária dentro do Legislativo estadual, R\$ 88 mil referentes a 17 cheques de 17 correntistas diferentes, todos funcionários contratados por Justus. Os saques foram feitos no intervalo de 4 minutos. Em outro momento, pelo menos um che-

que, no valor de R\$ 2.720, pertencente à conta de um funcionário de Justus, foi parar na conta do ex-presidente da Assembleia.

A investigação da promotoria mostrou que quando Justus assumiu o mais alto posto da Assembleia, em 2007, o gabinete da presidência tinha 21 funcionários, ao custo mensal de R\$ 83 mil em salários. Começou, então, um processo desenfreado de contratação de servidores. Em novembro de 2009, a despesa mensal com servidores no gabinete presidencial chegou a R\$ 1 milhão. No período em que Justus foi presidente, 345 contratações foram feitas, nem todas simultaneamente. O gabinete chegou a ter, ao mesmo tempo, 180 funcionários — dez vezes mais do que o permitido. O gabinete da presidência é uma estrutura administrativa, sem função política, com previsão de ter, no máximo, 18 funcionários.

Na denúncia apresentada pelo MP, Justus e mais 31 pessoas são acusados de crimes de formação de quadrilha, peculato, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro.

Na sessão desta quarta-feira da Assembleia, Justus foi procurado para falar do caso. Mas não quis se pronunciar.

CONTINUA

12 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Deputados estaduais ignoram denúncia contra colega

Euclides Lucas Garcia

CONTINUAÇÃO

R\$ 88 MIL

é o valor que foi sacado em uma ocasião pelo homem de confiança de Nelson Justus, Luís Alexandre Barbosa, de 17 contas correntes de servidores do gabinete da presidência da Assembleia Legislativa. O detalhe é que a operação levou apenas quatro minutos. A investigação do MP também descobriu que um cheque, no valor de R\$ 2,7 mil, foi parar na conta do ex-presidente da Assembleia.

No dia seguinte à divulgação de detalhes da denúncia criminal enviada pelo Ministério Público ao Tribunal de Justiça do Paraná contra o deputado estadual Nelson Justus (DEM), o assunto foi ignorado no plenário da Assembleia Legislativa. A blindagem a Justus tornou-se mais evidente quando eram feitos questionamentos aos parlamentares a respeito de levar o caso ao Conselho de Ética. Ficou claro, nas entrelinhas, que isso irá ocorrer apenas se um agente externo – qualquer cidadão ou partido político – fizer uma denúncia ao Conselho. Pelo regimento interno da Assembleia, qualquer deputado, cidadão ou pessoa jurídica pode acionar o Conselho de Ética contra um parlamentar. Para cassação de mandato, porém, isso deve ser feito pela Mesa Executiva, pelo próprio conselho ou por alguma legenda com representação na Casa. Em 2010, o PV pediu a perda da cadeira de Justus e do então primeiro-secretário, Alexandre Curi (PMDB), em virtude das denúncias feitas na série de reportagens Diários Secretos, da **Gazeta do Povo** e da RPC. O pedido acabou arquivado.

“O Conselho já se manifestou no passado e arquivou o caso justamente porque não havia elementos à época [para a

cassação]. O processo corre em segredo de Justiça e não tenho informações se há fatos novos”, afirmou o presidente da Assembleia, Ademar Traiano (PSDB). “Se houver uma denúncia, o caso será levado ao Conselho de Ética. Mas não posso antecipar nada sob pena de ser responsabilizado por isso.” Questionado se Justus permanecerá na presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a mais importante da Casa, Traiano disse não ter poder para destituí-lo, uma vez que ele foi eleito legitimamente pelos membros do grupo.

Presidente do Conselho de Ética, Pastor Edson Praczyk (PRB) afirmou apenas que nenhuma denúncia foi feita a respeito do caso.

12 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Vereador é suspeito de ter feito cirurgia com dinheiro público

CASCAVEL

Luiz Carlos da Cruz, correspondente

¶ O vereador de São Miguel do Iguaçu Francisco Machado Mota (SD), que teve seu mandato cassado pelos colegas na terça-feira (10), disse que foi vítima de um julgamento político e pretende recorrer. Ele é acusado de ter feito uma cirurgia bariátrica em um hospital de Foz do Iguaçu paga com recursos da prefeitura. O valor do procedimento foi de R\$ 30.853,00.

Mota afirma que estava em tratamento em um hospital de Curitiba, onde aguardava na fila de espera do SUS pela cirurgia. Após seis meses, a prefeitura firmou um convênio com o hospital de Foz e ele realizou a cirurgia, em 2013. O Ministério Público questionou o caso judicialmente. Mota disse que pagou o valor do procedimento e a unidade de saúde devolveu os valores à prefeitura. Ainda segundo o vereador, o Tribunal de Justiça o absolveu da condenação em primeira instância.

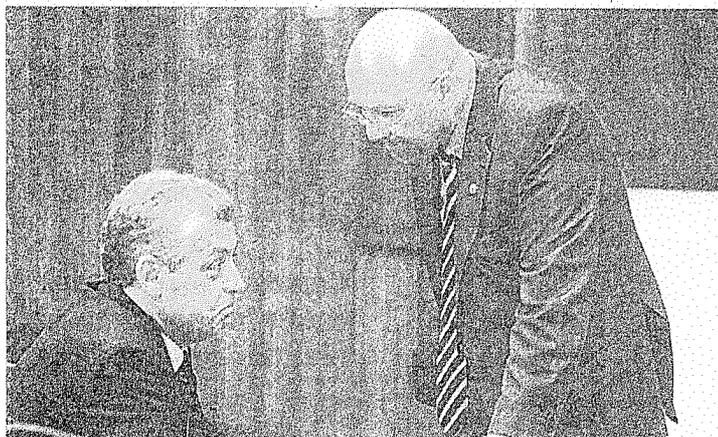
12 MAR 2015

GAZETA DO POVO

» FINANÇAS DO PARANÁ

Secretaria estadual volta a negar acesso a “relatório secreto”

Albari Rosa/Gazeta do Povo



Péricles (esq.) pediu o relatório. Romanelli (dir.) disse que não achou.

BRASÍLIA

André Gonçalves
Correspondente

A Secretaria da Fazenda do Paraná negou-se pela segunda vez a entregar à **Gazeta do Povo** o relatório produzido pelo grupo de trabalho que fez, em outubro de 2013, um levantamento completo das contas da gestão Beto Richa (PSDB). O documento teria diagnosticado a crise financeira do estado cerca de um ano antes da eleição de 2014. Durante a campanha pela reeleição, Richa disse que o caixa estava “em ordem”, o que garantiria um resultado melhor no segundo mandato.

O primeiro pedido de acesso ao relatório foi negado pela assessoria de imprensa da se-

cretaria no começo de fevereiro. A alegação era de que “não há obrigatoriedade de tornar o documento público” e que “as informações são de uso exclusivamente gerencial”. A reportagem insistiu na solicitação à Controladoria-Geral do Estado, com base na Lei de Acesso à Informação e no Decreto 10.285/2014 assinado pelo governador Beto Richa.

O artigo 4.º do decreto, que regulamenta a lei federal no Paraná, assegura ao cidadão os direitos de obter “informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados, por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos”. Ofício assinado nesta quarta-feira (11) pela chefe de gabinete

da secretaria, Keli Cristina dos Reis, diz “que as informações pertinentes ao relatório (...) encontram-se refletidas nos balanços e demonstrativos contábeis”. Na prática, a resposta ignora a solicitação de acesso ao documento.

O grupo de trabalho foi criado pela Portaria 22 da secretaria, de 15 de outubro de 2013. O objetivo era analisar o fluxo financeiro e previsões de receitas e despesas. O resultado teria sido o mapeamento detalhado de todos os gastos — com informações analíticas de quando, onde e quanto foi aplicado durante os quase três primeiros anos da gestão Richa. Segundo uma fonte que acompanhou os trabalhos, foram listados todos os contratos com fornecedores, por tipo de contratação. Junto com o relatório final, Richa teria sido informado de que a situação já indicava a perspectiva de falta de recursos para o pagamento de pessoal.

Desculpas na Assembleia

A informação sobre a existência do relatório foi publicada pela **Gazeta** durante a crise sobre a votação do “pacotão” proposto por Richa. O deputado Péricles de Mello (PT) apresentou um pedido de informações para ter acesso ao documento. A solicitação não foi votada porque o líder do governo, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), se comprometeu a entregar o relatório. Em 26 de fevereiro, porém, Romanelli afirmou que o Executivo “não conseguiu encontrá-lo”. A oposição não cobrou resposta e o assunto saiu de pauta.

12 MAR 2015

GAZETA DO POVO

ENTRELINHAS

Assessoria Jurídica

O Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da Faculdade Estácio Curitiba retomou suas atividades na segunda-feira (9), com atendimento jurídico gratuito à população. Sob orientação dos professores, acadêmicos de Direito prestam auxílio a pessoas com renda de até três salários mínimos, com residência em Curitiba. O horário de atendimento é das 9 horas ao meio-dia e das 14 às 18 horas. A Estácio Curitiba fica na Avenida São José, 1.179, no bairro Cristo Rei.

12 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Toffoli negater tratado da Lava Jato com Dilma

Horas antes de ter seu nome confirmado como o quinto integrante da 2.ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), responsável pela maioria dos inquéritos da Lava Jato, o ministro Dias Toffoli se reuniu com a presidente Dilma Rousseff (PT) e os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Casa Civil, Aloizio Mercadante, no Palácio do Planalto.

Segundo o ministro, a audiência não tratou da Lava Jato. Estava marcada "há muito tempo" e serviu apenas para apresentar a proposta do Registro Civil Nacional, que funcionaria como uma identificação centralizada do cidadão pela Justiça Eleitoral.

De acordo com a assessoria de Toffoli a audiência no Planalto foi um pedido do próprio ministro. A assessoria encaminhou à imprensa uma cópia de ofício do ministro, de 18 de dezembro de 2014, solicitando uma audiência com a presidente.

Dilma disse que o encontro com Toffoli foi marcado para esta quarta-feira (11) porque era um dia "que eu podia e ele podia". "Fiz a reunião com o ministro Toffoli porque eu e o ministro temos um interesse em comum: que é o cadastramento e a identificação de cada um de nós com um documento".

MPF repatriou R\$ 182 milhões de delator

SÃO PAULO E CURITIBA
Estado Conteúdo

O Ministério Público Federal informou nesta quarta-feira (11) ter repatriado R\$ 182 milhões que estavam depositados na Suíça em contas do ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco. Esse é o maior valor já recuperado pelo Brasil, segundo o órgão. Do montante total, R\$ 139 milhões já chegaram à Justiça Federal do Paraná e R\$ 43 milhões estão encaminhados. As transferências foram autorizadas pelo delator como parte do acordo de delação premiada da Operação Lava Jato.

Barusco era o braço direito do ex-diretor de Serviços Renato Duque, indicado pelo PT para o cargo. O ex-gerente admitiu ter recebido US\$ 97 milhões (R\$ 302,2 milhões, pelo câmbio oficial desta quarta-feira) de propina. Ba-

rusco abriu mão da fortuna e concordou em comunicar as instituições financeiras na Suíça sua disposição em repatriar o valor.

Se a repatriação seguisse os trâmites tradicionais, o procedimento poderia se arrastar por anos. Os valores, já trazidos pelo Ministério Público Federal (MPF) ao Brasil, foram depositados na conta judicial da 13.ª Vara Criminal Federal em Curitiba, base da Lava Jato.

SBM

A Justiça Federal em Curitiba explicou que parte dos recursos repatriados, equivalentes a US\$ 29,5 milhões (cerca de R\$ 91,9 milhões), será destinada à Justiça Federal do Rio de Janeiro, onde tramita um processo contra Barusco relativo à propina paga a ele pela SBM, multinacional holandesa que reconheceu ter subornado funcionários da Petrobras.

Segundo a Justiça Federal do Paraná, quando a repatriação for concluída, o dinheiro será devolvido aos cofres da Petrobras.

FOLHA DE S. PAULO

O Ministério Público e a crise política

MÁRCIO FERNANDO ELIAS ROSA

As tentativas de intimidação do Ministério Público têm algo em comum: miram a conservação de nichos de irresponsabilidade no Brasil

12 MAR 2015

Tão logo o Supremo Tribunal Federal deferiu requerimentos do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para apuração dos fatos decorrentes da Operação Lava Jato, o discurso da contenção da atuação do Ministério Público ganhou novos contornos. Não é a primeira vez e, a julgar pela constância e intensidade da crise, não será a última. Nada mais previsível.

Há menos de dois anos, no bojo dos protestos de 2013, parte da população foi às ruas e postulou ao Parlamento a rejeição da PEC 37/2011, aquela que queria impedir investigações do Ministério Público, como as que estão agora no centro do noticiário. O Brasil não precisou esperar décadas para desnudar o que já era sabido: a proposta tinha o endereço da impunidade para os detentores dos poderes político e econômico.

Impensável supor que pretendam de novo coactar o poder investigatório. A correção técnica do trabalho de Rodrigo Janot impede isso.

Ao requerer a instauração de inquéritos, promover o arquivamento de investigações já realizadas e assumir publicamente que o conjunto é meramente indiciário, o procurador-geral da República inibe prejulgamentos ou a responsabilização sem o devido processo legal.

Fundado no poder investigatório, o Ministério Público conclui e demanda novas investigações, propondo ao Judiciário que avalie e julgue na forma e tempo certos. O Supremo Tribunal Federal atua como instância segura para tanto.

As tentativas de intimidação têm algo em comum: miram a conservação de nichos de irresponsabilidade no Brasil, mas os discursos de agora sugerem que a via poderá ser

outra, como já foi diversa no passado. Já se tentou a mordada, a imposição de multas, reformas processuais e aquela proposta de emenda constitucional de 2011.

Agora, e nisso está a previsibilidade, a intimidação virá por tentativas de violação das autonomias da instituição e das prerrogativas de seus membros e até pela forma de investidura das suas chefias. O apoio, porque é tartufo, dará lugar a tentativas de desqualificar a atuação e a posturas desafiadoras do respeito à instituição.

Na linha dos discursos que têm vindo a público, o Brasil terá mais uma ocasião para o (re)encontro do Ministério Público com a sociedade civil, ampliando o sadio controle externo sobre o seu trabalho. Não faltarão serenidade, transparência na ação e o emprego da técnica jurídica, tal como o procurador-geral Rodrigo Janot tem se conduzido.

Se, dois anos atrás, o conceito do poder investigatório era defendido, agora a defesa será dos efeitos do exercício dessa atribuição.

Ao apostar na via institucional (única legítima) para julgar, sem a espetacularização do fato e das pessoas, o Ministério Público oferece exemplo de ação coerente e que busca o fortalecimento das instituições — mais uma ocasião para o debate sobre a decantada reforma política, dos modos de relacionamento do Estado com o poder econômico e das contratações públicas.

A fonte inesgotável dos fatos que agora são investigados radica nesses temas e é da hesitação em enfrentá-los que decorre a instabilidade política. A crença é no funcionamento dos Poderes e das instituições e na capacidade de todos de nos conduzirmos a uma cena política melhor.

O Ministério Público — e nisso não está sozinho — defende a pauta positiva proclamada na Constituição para a concretização dos direitos sociais e individuais; pauta que, fundada no respeito ao Estado brasileiro, mira a utópica convergência e tem, como premissa única, a defesa do regime democrático. Conserva e mantém respeito aos Poderes, às instituições e às pessoas, mas faz jus e exige respeito.

MÁRCIO FERNANDO ELIAS ROSA, 52, é procurador-geral de Justiça do Estado de São Paulo

12 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Patrimônio de alvo da Lava Jato cresce 137% em 4 anos

Deputado Nelson Meurer (PR) foi apontado como um dos principais beneficiários da distribuição de propina ao PP

Um jet-ski e mais três automóveis passaram a integrar a lista de bens do parlamentar entre as eleições de 2010 e 2014

FELIPE BÄCHTOLD
DE CURITIBA

Apontado pelos delatores da Operação Lava Jato como um dos principais beneficiários da distribuição de dinheiro no PP, o deputado federal Nelson Meurer, do Paraná, passou, entre a eleição de 2010 e a do ano passado, de um patrimônio de R\$ 1,5 milhão para R\$ 4,7 milhões.

Descontada a inflação, o aumento real é de 137%. Na lista, estão R\$ 762 mil guardados em casa ou em um cofre.

Na declaração à Justiça Eleitoral em 2014, passaram a integrar sua lista de bens dois barcos, um jet-ski e mais três automóveis. Entre as duas eleições, ele deixou de ser proprietário de um supermercado no Paraná.

A maior parte do valor de seu patrimônio vem de um terreno rural na cidade de Francisco Beltrão, estimado em R\$ 3,1 milhões, que Meurer diz que já era seu.

Ele é um dos 32 políticos do

partido que tiveram pedidos de investigação autorizados no Supremo Tribunal Federal na semana passada.

Meurer, 72, está em seu sexto mandato seguido na Câmara. Ele não foi localizado para falar sobre o assunto.

O doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa disseram em depoimentos que Meurer recebeu, na campanha de 2010, ao menos R\$ 4 milhões que tinham como origem propinas pagas na Diretoria de Abastecimento da Petrobras.

Próximo a José Janene, que comandava o partido até morrer em 2010, o paranaense foi descrito na delação como integrante de um grupo que liderava a sigla e distribuía dinheiro a colegas.

Youssef afirmou que os repasses mensais a Meurer e outros líderes da sigla, incluindo o ex-ministro Mario Negromonte (PP-BA), chegavam a R\$ 300 mil mensais.

Em 2011, Meurer foi eleito líder do partido na Câmara. Youssef afirmou que a escolha ocorreu mediante "pagamento de valores" a correligionários, que somavam R\$ 5 milhões.

O deputado durou poucos meses no cargo. À época, o PP vivia uma intensa disputa

interna, que culminou com a saída de Negromonte do Ministério das Cidades. O doleiro afirmou que o motivo da rusga havia sido a diminuição dos repasses aos demais membros do partido diante de um "autofavorecimento" do grupo de líderes.

Colaborou PAULA SPERB, de Caxias do Sul (RS)

Deputado tem evitado falar sobre acusações

O deputado Nelson Meurer não foi localizado nos últimos dias para comentar a evolução patrimonial e as acusações que pesam contra ele.

Desde a divulgação da lista de inquiridos autorizados pelo STF, ele tem evitado se manifestar. No gabinete na Câmara, uma funcionária disse, nesta quarta-feira (11), que ele estava no plenário e não poderia falar. A reportagem encaminhava perguntas por escrito e procurou um escritório de advocacia que o defende, mas não obteve resposta.

Em 2014, o deputado afirmou a um jornal do Paraná que o seu patrimônio aumentou porque o terreno em Francisco Beltrão passou a ser incluído em seus bens. Ele disse que recebeu de volta a propriedade após tê-la cedido em comodato para um órgão estatal nos anos 80.

Hoje, afirmou ele, a área está em um zona urbana e passou a valer mais.

12 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Toffoli se reúne com Dilma após mudança

Ligado ao PT, ministro comandará julgamento de processos da Lava Jato no Supremo

Um dia após acertar sua transferência para a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, que julgará a maior parte dos processos relativos à Lava Jato, o ministro Dias Toffoli foi recebido pela presidente Dilma Rousseff.

Após o encontro, que aconteceu nesta quarta (11) e durou cerca de uma hora e meia, o ministro negou que tivesse discutido inquéritos que vão investigar o esquema de desvio de recursos da Petrobras.

Ele disse que a reunião tratou do projeto que pretende unificar o cadastro do cidadão brasileiro em um único documento com registros feitos pela Justiça Eleitoral, braço do Judiciário do qual Toffoli é o presidente.

Esta foi a primeira vez que a presidente recebeu o ministro em audiência exclusiva. Só encontraram-se antes em eventos oficiais. Pelo menos desde dezembro do ano passado Toffoli tenta, formalmente, agendar uma conversa com Dilma, que acabou acontecendo ontem.

“Foi apenas uma questão de circunstância e coincidência”, disse Toffoli.

Ex-advogado eleitoral do PT, assessor da Casa Civil no governo Lula e ex-advogado-geral da União, Toffoli resolveu pedir transferência da Primeira para a Segunda Turma do STF após os ministros Gilmar Mendes, Celso de Mello e o próprio relator da Lava Jato, Teori Zavascki, fazerem um apelo para que algum magistrado trocasse de turma e completasse o colegiado, evitando empates nos julgamentos sobre a Petrobras.

A mudança impede, na prática, que o futuro ministro a ser indicado por Dilma para a vaga de Joaquim Barbosa, aberta desde julho passado, faça parte do colegiado das ações da Lava Jato.

Apesar do histórico de Toffoli no PT, ele têm tomado decisões que por vezes desagradam o governo. No ano passado, colocou Mendes, que foi um dos indicados ao STF por Fernando Henrique Cardoso, para ser o relator das contas da campanha petista.

ENCONTROS

Ontem, além da agenda de Toffoli com Dilma, o também integrante da Segunda Turma Gilmar Mendes se reuniu no Congresso com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que é um dos investigados da Lava Jato.

De acordo como ministro, foram discutidos projetos de interesse do Judiciário. Mendes defendeu o colega de corte, dizendo que a antiga ligação de Toffoli com o PT não traz nenhuma preocupação.

Depois, Cunha recebeu em seu gabinete o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e o senador Fernando Collor (PTB-AL), ambos investigados na Lava Jato.

(SEVERINO MOTTA E MARIANA HALBERT)

12 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

**Joaquim Barbosa diz
que depoimento de
delator é 'chocante'**

DE SÃO PAULO — O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa classificou de “chocante” o depoimento do ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco na Câmara.

Na madrugada desta quarta (11), escreveu em sua conta no Twitter: “Como milhões de brasileiros, vi a programação da TV Câmara ontem. Chocante”.

Barusco contou à CPI da Petrobras que providenciou US\$ 300 mil para a campanha de Dilma Rousseff em 2010.

Para Barbosa, na história do Brasil “pouca gente pensa nas ‘voltas’ e nas ‘peças’ que a História dá e aplica”. Ele avaliou ser um “tremendo erro” ver o depoimento de Barusco à CPI apenas sob a ótica partidária.

FOLHA DE S. PAULO

Justiça Federal rejeita denúncia de 2006 contra 'aloprados' do PT

Juíza diz que compra de dossiê contra José Serra não configura crime

A Justiça Federal rejeitou a denúncia contra petistas acusados de compra de dossiê contra o candidato do PSDB ao governo de São Paulo em 2006, José Serra. Apelidados de "aloprados", eles foram acusados de crime contra o sistema financeiro e formação de quadrilha. Cabe recurso.

Em sua decisão, a juíza Fabiana Alves Rodrigues afirmou que a compra de dossiê contra um adversário político não configura crime, especialmente porque o acusado não saberia necessariamente que o dossiê era fruto de quebra de sigilo. Além disso, ela afirma que o Ministério Público não apresentou elementos que comprovassem as acusações.

Segundo a denúncia, os envolvidos se associaram para a prática de crimes com a finalidade de "desestabilizar" a campanha de José Serra.

Em setembro de 2006, a Polícia Federal apreendeu R\$ 758 mil e US\$ 109,8 mil com Valdebran Padilha, filiado ao PT de Mato Grosso, e Gedimar Passos, integrante da campanha à reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Foi Lula quem os chamou de "aloprados".

Ainda segundo a denúncia, o dinheiro foi usado na compra do dossiê sobre participação de tucanos em fraudes na aquisição de ambulâncias. Entre os envolvidos estaria Hamilton Lacerda, então coordenador da campanha de Aloizio Mercadante — hoje ministro da Casa Civil — ao governo de São Paulo.

A juíza entendeu que o fato de Lacerda ter sido coordenador de campanha de Mercadante não significa que tenha atuado na negociação. E alegou falta de provas quanto à acusação de uso de identidade falsa para a operação de câmbio que levou à obtenção dos recursos. (CATIA SEABRA)

12 MAR 2015

PAINEL

Todos saltos É geral a revolta entre executivos de empreiteiras presos em Curitiba com a diferença de status entre eles e os políticos investigados, que responderão os inquéritos em liberdade.

12 MAR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Negado recurso de ex-conselheiro do BNDES acusado de lavagem de dinheiro

Ricardo Tosto de Oliveira Carvalho integraria um grupo responsável pelo desvio de verbas provenientes da instituição

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu na sessão de terça-feira (10) o julgamento do Recurso Ordinário em Habeas Corpus (RHC) 124313, apresentado pelo advogado e ex-conselheiro do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Ricardo Tosto de Oliveira Carvalho, investigado na operação Santa Tereza por envolvimento em crime de lavagem de dinheiro.

Ao apresentar voto-vista, o ministro Gilmar Mendes acompanhou o relator do processo, ministro Teori Zavascki, pelo indeferimento do recurso sob o argumento de que, para analisar a argumentação da defesa que não teria ocorrido o crime de lavagem de dinheiro, seria necessário o revolvimento de fatos e provas, o que é vedado em se tratando de análise de habeas corpus. A decisão foi unânime.

Segundo a denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal, na qualidade de integrante do Conselho de Administração do BNDES, Tosto integraria um grupo responsável pelo desvio de verbas provenientes da instituição. A investigação apurou a existência de fraudes em financiamentos concedidos à prefeitura de Praia Grande (SP) e à rede

de lojas Marisa, em 2007. Ainda segundo a denúncia, a suposta vantagem ilícita recebida pelo então conselheiro do BNDES (na forma de quatro cheques) teria sido contabilizada no escritório de advocacia do qual faz parte como recursos provenientes de honorários.

No STF, sua defesa alegou não haver justa causa para a ação penal em relação ao crime de lavagem de dinheiro por três razões. Alegou que o delito de lavagem de capitais não pode ser praticado pelo mesmo agente do crime antecedente. Afirmou ainda que o pagamento de aluguéis do escritório de advocacia e o depósito em conta corrente da sociedade de advogados não teriam o potencial de ocultar os recursos. Por último, argumentou que os valores apontados pela acusação como objeto do crime de lavagem eram, na verdade, honorários devidamente contabilizados decorrentes de serviços advocatícios e de consultoria à empresa Probus Investimentos e a Marcos Vieira Montovani, seu representante legal, cliente de Tosto há mais de 10 anos.

Em seu voto-vista, o ministro Gilmar Mendes salientou que a autonomia do crime de lavagem de dinheiro, ainda que praticado pelo mesmo agente do crime

antecedente é afirmada pela jurisprudência do STF, como foi decidido na Ação Penal (AP) 470. O ministro salientou que os serviços advocatícios, especialmente os de consultoria, tendem a ser imateriais e, por isso, de difícil comprovação. Mas, no caso em questão, a acusação parece amparada em elementos suficientes para a propositura da ação penal, segundo o ministro Gilmar Mendes.

12 MAR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ministro Toffoli é transferido para colegiado do STF que julgará Operação Lava Jato

O ministro Dias Toffoli foi transferido ontem para a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), colegiado que vai julgar as ações da Operação Lava Jato. Na terça-feira, os ministros

que compõem o colegiado decidiram convocar um integrante da Primeira Turma para ocupar a cadeira deixada por Joaquim Barbosa.

Toffoli é transferido para colegiado do STF que julgará Lava Jato

O ministro Dias Toffoli foi transferido ontem para a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), colegiado que vai julgar as ações da Operação Lava Jato. Na terça-feira, (10), os ministros que compõem o colegiado decidiram convocar um integrante da Primeira Turma para ocupar a cadeira deixada pelo ministro Joaquim Barbosa, que se aposentou em julho do ano passado. A medida foi tomada porque a presidente Dilma Rousseff ainda não indicou um nome para o lugar de Barbosa no Tribunal.

Com a decisão, além de participar do julgamento dos processos que envolvem políticos citados na Operação Lava Jato, Toffoli também presidirá a Segunda Turma a partir de maio, quando acaba o mandato de Teori Zavascki na presidência da Turma.

A transferência foi assinada pelo presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski. A decisão foi cumprida formalmente, de acordo com o critério de antiguidade e a pedido de Toffoli. De acordo com Regimento Interno do STF, o candidato mais antigo na Primeira Turma tem preferência na escolha. Como o ministro Marco Aurélio, membro mais antigo, afirmou que não vai deixar o colegiado, Toffoli, segundo integrante mais antigo, foi transferido.

As duas turmas do STF são compostas por cinco membros. No entanto, desde julho do ano passado, com a aposentadoria de Joaquim Barbosa, a Segunda Turma está julgando as ações com quatro ministros, registrando empates, que favorecem a absolvição de réus em ações criminais.

12 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

TOFFOLI VAI A DILMA APÓS MUDANÇA NO STF

Depois de pedir para completar turma que vai julgar Lava Jato, ministro tem audiência com presidente; ele alega que assunto foi registro civil

Horas antes de ser confirmado como quinto integrante da 2.^a Turma do Supremo Tribunal Federal, responsável pela maioria dos inquéritos da Operação Lava Jato, o ministro Dias Toffoli se reuniu com a presidente Dilma Rousseff e os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Casa Civil, Aloizio Mercadante, no Palácio do Planalto. Toffoli pediu a transferência na noite de terça-feira, após pedido dos demais ministros do colegiado para que um colega assumisse a vaga aberta pela aposentadoria de Joaquim Barbosa, em julho.

Ao ser questionado na saída da audiência, Toffoli disse que a agenda estava marcada "há muito tempo" e não tratou da Lava Jato. Segundo o ministro, serviu para apresentar a proposta do Registro Civil Nacional (RCN), que funcionaria como uma identificação centralizada do cidadão brasileiro pela Justiça Eleitoral, do nascimento até o óbito. A ideia é usar o registro biométrico eleitoral também para outros fins, como cadastro civil.

Segundo a assessoria de Toffoli, que é presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a audiência no Planalto foi um pedido do próprio ministro e havia sido confirmada um dia antes. Para cancelar a versão oficial, a equipe encaminhou à imprensa uma cópia de ofício do ministro, de 18 de dezembro de 2014, na qual solicitava uma audiência com a presidente para tratar do RCN.

Por sua vez, a atualização de agenda de Dilma comunicando

● Interesse comum

"Fiz a reunião com o ministro Toffoli porque eu e o ministro temos um interesse comum, que é o cadastramento e a identificação de cada um de nós com um documento"

Dilma Rousseff

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

o encontro com Toffoli só foi distribuída à imprensa às 8h26 de ontem pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, meia hora antes da audiência. Depois de cumprir agenda em Rio Branco (AC), Dilma disse que o encontro foi marcado ontem porque era um dia "que eu podia e ele podia". "Fiz a reunião com o ministro Toffoli porque eu e o ministro temos um interesse em comum, que é o cadastramento e a identificação de cada um de nós com um documento", afirmou.

Registro. Com a formalização da transferência para a 2.^a Turma, Toffoli vai presidir durante um ano os trabalhos do grupo. O colegiado estava incompleto desde que Barbosa deixou o Supremo, e o novo ministro da Corte, a ser indicado por Dilma, assumiria essa vaga.

Com a mudança de Toffoli, segundo integrantes da turma, eliminou-se o risco de o novo ministro ser indicado de forma "ad hoc" – para analisar especificamente os inquéritos e futuras ações penais da Lava Jato.

Ontem, o ministro Gilmar Mendes, idealizador da transferência, disse que ela ocorreu para "aliviar toda essa tensão" em torno da indicação do novo ministro. "Não é um movimento contra ninguém", declarou, após encontro com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), alvo da Lava Jato.

Segundo o ministro, não há questionamentos no STF sobre o fato de Toffoli julgar a Lava Jato e atuarado como assessor jurídico da Liderança do PT na Câmara e, depois, na Casa Civil e na Advocacia-Geral da União no governo Lula. "Não tem nenhum problema. Temos toda confiança. Ele tem tido um excelente desempenho no Supremo Tribunal Federal e vai honrar o trabalho que lhe foi confiado na 2.^a Turma", disse Mendes. / BEATRIZ BULLA, DAIENE CARDOSO, LEONENCIO NOSSA, RAFAEL MORAES MOURA, TALITA FERNANDES e TÂNIA MONTEIRO

12 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Peças da história

AS LIÇÕES DE BARBOSA NA MADRUGADA

Ex-ministro relaciona Revoluções Francesa e Russa e 15 de Novembro à atual crise política

Alexandra Martins

Joaquim Barbosa, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, está “chocado” com o atual momento. Pelo Twitter, ontem de madrugada, fez relações entre a conjuntura política do País a momentos históricos que, após revoluções populares ou articulações políticas, culminaram em mudanças de governo.

Barbosa disse ter escrito os tuítes “porque no Brasil pouca gente pensa nas ‘voltas’ e nas ‘peças’ que a História dá e aplica”. Da estante brasileira, evocou a proclamação da República. “Em 15/11/1889, nem mesmo o general Deodoro da Fonseca tinha em mente derrubar o regime imperial sob o qual o Brasil vivia. Aconteceu.”

O exemplo do militar alagoano de seis estrelas, combatente em frentes na Guerra do Paraguai, tem pertinência porque, segundo a literatura brasileira, Deodoro pretendia em princípio derrubar um desafeto, o Visconde de Ouro Preto, e não o regime de d. Pedro II. Viu-se enroscado até a última insígnia do uniforme aos líderes republicanos até o 15 de novembro de 1889. Mesmo combatido por problemas de saúde, foi escolhido primeiro presidente da República por ser próximo ao imperador.

Deodoro proclamou a República numa época em que o governo usava mensageiros, cavalos, telefone em certas ocasiões, mas não mensagens instantâneas como hoje. Tanto que “o velho”, como era chamado, só soube que o movimento pretendia colocá-lo de fato no comando do País na noite anterior ao dia 15 por meio do decreto já redigido pelos republicanos.

● Voltas

“Por que fiz esses 3 últimos posts sobre História? Porque no Brasil pouca gente pensa nas



‘voltas’ e nas ‘peças’ que a História dá e aplica”

Joaquim Barbosa

EX-MINISTRO
DO STF

Na Europa. Barbosa não se ateuve à história do Brasil e citou as Revoluções Francesa e Russa. A referência ao movimento que derrubou a Bastilha foi a primeira após dizer ser “importante no momento atual” falar de história.

“Quem diria em maio de 1789 que aquele convêscote estranho realizado em Versalhes iria desembocar na terrível revolução francesa?”, postou o ex-ministro às 2h43. O segundo tuíte foi sobre a proclamação da República e o terceiro dizia: “Nem o mais radical bolchevique imaginaria lá pelos idos de 1914 que a 1ª guerra mundial facilitaria a queda do regime czarista da Rússia”.

Barbosa contou ter visto a programação da TV Câmara na terça-feira, dia em que o ex-gerente da Petrobrás Pedro Barusco relatou a propina recebida do esquema de corrupção na estatal. “Chocante”, escreveu, ao afirmar ser um “tremendo erro” ver o caso sob “ótica puramente partidária”. “Partidos são meros instrumentos. Nossa nação não se construiu e tampouco se define à luz de momentâneos interesses partidários”, postou Barbosa.

12 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

SÍNIA RAGY

Reavaliando

Marcos Fuchs e Fábio Tofic Simantob defendem hoje, no STF, proposta pela qual presos com direito ao regime semiaberto podem aguardar a vaga em regime aberto ou prisão domiciliar.

Tese que conta com o apoio, entre outros, de Conectas, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, Defensoria Pública, Instituto de Defesa do Direito de Defesa e Instituto Sou da Paz.

12 MAR 2015

BEMPARANÁ

Legislativo ignora nova ação contra Justus

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ademar Traiano (PSDB), afirmou ontem que nada pode fazer em relação ao caso envolvendo o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Nelson Justus (DEM) denunciado à Justiça pelo Ministério Público Estadual sob a acusação de comandar um esquema de desvio de recursos da Casa. Traiano alegou que o processo corre em segredo de Justiça, e que Justus foi eleito para presidir a CCJ pelos membros da comissão. "Não tenho poder para destituí-lo", afirmou.

O tucano também conversou sobre a possibilidade de abertura de processo contra o deputado do DEM no Conselho de Ética da Assembleia. "O Conselho já se manifestou no passado. O processo está em segredo de Justiça. Em 2010, a Justiça já se posicionou contra o afastamento do deputado Nelson Justus. Não recebi nada. Uma coisa é notícia, outra se é verdade", argumentou. "Houve uma denúncia do PV. O assunto era o mesmo. O Conselho já manifestou que não havia elementos (para a abertura de processo de cassação)", alegou Traiano.

A declaração fez referência a decisão do Conselho, que em novembro de 2010 arquivou pedido de cassação contra Justus e o deputado estadual e ex-primeiro-secretário da Assembleia, Alexandre Curi (PMDB) apresentado pelo Partido Verde. A alegação era de que o pedido não apresentava provas contra o parlamentar, baseando-se apenas em "meras suposições" publicadas na imprensa, e que as investigações ainda estavam em andamento, além de não haver decisão da Justiça.

Máquina - O presidente da CCJ também não quis se manifestar sobre a ação ontem. "Não quero falar. Vou falar no momento certo", disse. O MP acusa Justus de comandar um esquema de contratação e desvio de salários de funcionários "fantasmas" quando presidiu a Assembleia, entre 2007 e 2011. A denúncia é baseada na série de reportagens da *Gazeta do Povo* sobre o caso dos "Diários Secretos". Segundo a acusação, o deputado do DEM teria transformado o gabinete da presidência da Assembleia em "máquina político-eleitora", entre os anos de 2007 e 2010.

12 MAR 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

NOTAS POLÍTICAS

Youssef e Vargas

Em sua delação, o doleiro Alberto Youssef, conta que entregou R\$ 1,62 milhão de propina da Petrobras para o ex-deputado André Vargas (ex-PT) no apartamento funcional da Câmara dos Deputados em Brasília.

Dinheiro repatriado

A iniciativa da força-tarefa do Ministério Público Federal de tentar a repatriação do dinheiro desviado pelo engenheiro Pedro Barusco, um dos principais delatores das fraudes em contratos de empreiteiras com a Petrobras, surtiu efeito. Parte do dinheiro, R\$ 182 milhões, já está depositado em conta da Justiça Federal do Paraná, segundo disse ao jornal Globo uma autoridade que acompanha o caso de perto.

Toffoli na Lava Jato

O ministro José Antonio Dias Toffoli aceitou requerer transferência para a Segunda Turma do STF e deve presidir a partir de maio os inquéritos e processos contra políticos investigados na Lava Jato. Toffoli, que foi advogado eleitoral do PT e assessor da Casa Civil no governo Lula, apresentou nesta terça (10) requerimento ao presidente do STF, Ricardo Lewandowski, atendendo a sugestão do ministro Gilmar Mendes.

1 1 MAR 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

DEFENSORIA

Uma decisão liminar do Tribunal de Justiça do Paraná determinou que o governo do Paraná repasse os recursos financeiros da Defensoria Pública do Estado no prazo de 72 horas. A Defensoria entrou com um mandado de segurança há cerca de 15 dias pedindo o repasse de R\$ 11,6 milhões. A decisão do desembargador Abraham Calixto obriga o governo a realizar o repasse de R\$ 11,6 milhões regularmente durante 2015 e fixa multa de R\$ 1 milhão por mês.